XXV Congresso de Iniciação Científica da Unicamp

18 a 20 Outubro Campinas | Brasil

A avaliação de satisfação e suficiência na alimentação de beneficiários de cestas básicas na cidade de Limeira - SP

Ana Carolina Sztanderski Curalov*, Julicristie Machado de Oliveira

Resumo

A Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) da população é um direito muitas vezes violado, fazendo parte desse quadro pessoas de baixa renda que apresentam vulnerabilidade social. Assim, os programas de cestas de alimentos suprem basicamente e emergencialmente a necessidade desses grupos. Na cidade de Limeira, houve uma mudança recente na composição dos alimentos dessas cestas, o que justifica a necessidade de conhecer o impacto dessa alteração no público alvo da política. Assim, a pesquisa tem como objetivo analisar a suficiência e satisfação de beneficiários de cestas básicas distribuídas à população de Limeira.

Palavras-chave:

Segurança alimentar e nutricional, beneficiários, cestas básicas.

Introdução

A segurança alimentar e nutricional (SAN) é definida segundo a Lei nº 11.346 como “a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social econômica e ambientalmente sustentáveis” (Brasil, 2006). Considerando que as questões sociais e econômicas estejam totalmente associadas à alimentação, pode-se notar que a não garantia de segurança alimentar e nutricional é mais presente nos grupos sociais mais vulneráveis (CONSEA, 2004). A mudança desse quadro é possível por meio de políticas e sistemas públicos, como o SISAN, que tem como objetivo assegurar o direito humano à alimentação adequada (BRASIL, 2006).

A população que usufrui da suplementação alimentar emergencial (cestas básicas) deve atender a uma frequência de pré-requisitos que provem sua necessidade. Assim, o objetivo desse projeto é analisar a suficiência e a satisfação dos beneficiários de cestas básicas de alguns pontos de Limeira, abrangendo a validade do benefício e a percepção de assistência social utilizada nesse caso.

Resultados e Discussão

A amostra foi composta por 80 pessoas/famílias assistidas pelo CRAS e atendidas nos Centros Comunitários Belinha Ometto e Nossa Senhora das Dores, localizados na cidade de Limeira/SP. Segundo o Decreto Lei nº 399, de 30 de abril de 1938, é determinado que a cesta básica forneça 13 produtos alimentícios em quantidades suficientes para garantir, durante um mês, o sustento alimentar de um trabalhador em fase adulta (Brasil, 1938).

Em muitos casos, a renda familiar dos beneficiários não os contempla em termos de SAN, e despesas permanentes como aluguel, luz e água não os possibilitam de manter suas necessidades nutricionais, apesar de inseridos em programas de transferência de renda.

As questões emergenciais do público refletem a necessidade de inserção no programa de aquisição de cestas básicas. Porém, como descrito na figura 1, para

muitos beneficiários os alimentos presentes na cesta não são suficientes para garantir o sustento da família pelo período estabelecido (duas semanas ou um mês).

Figura 1. Relação de gêneros e suficiência dos mesmos até a chegada da próxima cesta básica

Por meio dessa pesquisa, foi possível identificar a importância que a aquisição de cestas básicas tem para os beneficiários (figura 2).

Figura 2. A importância das cestas básicas para beneficiários

Conclusões

Conclui-se, então, que essa ação da política pública minimiza o dispêndio e carência familiar em relação ao consumo alimentar, possibilitando à população acesso à alimentação, porém em muitos casos a provisão é vista como insuficiente. Assim, a avaliação desse tipo de ação é pertinente para subsidiar mudanças e ajustes na política para que se torne mais adequada para atender às necessidades do público beneficiado.

Agradecimentos

Este projeto foi financiado pelo Conselho Nacional de Pesquisa e Tecnologia – CNPq, através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC.

BRASIL. Decreto-Lei nº 399 de 30/04/1938. Diário oficial da República Federativa, Brasília, DF, capítulo I.
CONSEA. Princípios e diretrizes de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília, 2004.
ROCHA, G. A. S.; LIMA, E. M. Padrão de consumo das famílias do programa governamental bolsa família domiciliadas em Dourados - MS. Espacios, vol.37, nº4, pag.29, 2016.

DOI: 10.19146/pibic-2017-78678

XXV Congresso de Iniciação Científica da UNICAMP